



A FELICIDADE GERAL DA NAÇÃO

Já há muito que o desenvolvimento das nações deixou de ser visto como sinônimo de crescimento econômico. Hoje, a felicidade interna de um país é considerada tão importante quanto o seu PIB. Será?

| POR EDUARDO DE LIMA CALDAS

“**S**e é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico”. Aprendemos na escola que a frase foi dita pelo príncipe regente Dom Pedro, em janeiro de 1822, poucos meses antes de tornar-se Pedro I do Brasil. Mas não nos explicaram na ocasião, nem nos ocorreu perguntar, a que se referia o futuro imperador ao falar em “felicidade geral da nação”. Que conceito de felicidade era esse que Dom Pedro atribuía à coletividade e pelo qual estava tão zeloso? Provavelmente nenhum: o príncipe usava a expressão apenas pelo bonito efeito retórico que ela produzia.

Saltemos para 2014. Muita coisa mudou nas últimas décadas, e se a Dom Pedro era facultado invocar a felicidade da nação sem compromissos teóricos, o mesmo não vale para um governante atual que queira fazer uso da expressão. Já há algum tempo vêm sendo atribuídos, não só à felicidade mas também às suas formas de mensuração, um lastro conceitual mais robusto e um papel mais preciso na interpretação do bem-estar das nações.

Curiosamente, boa parte dessa mudança se deveu a outro monarca, o rei Jigme Singye Wangchick, que governou o Butão entre 1972 e 2006. Mas para passar de um rei a outro sem perder o fio da meada, convém primeiro nos debruçarmos sobre uma ideia relacionada que evoluiu muito nos últimos 70 anos: a de desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO

A noção de desenvolvimento das nações é antiga: Aristóteles já definia um arranjo político bom, e o distinguia de um ruim, por sua capacidade de possibilitar ao povo uma “vida próspera”. Mas ela começa a ganhar sua maior evidência no final da década de 1940, após o término da 2ª Guerra Mundial.

No contexto do pós-guerra, promover a paz e a segurança internacionais, restabelecendo relações harmoniosas entre as nações, estava no centro de uma agenda geopolítica liderada pelos Estados Unidos e pela então recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU). Mas como não se produz harmonia e paz em meio ao desemprego e à fome, a tarefa primeiro exigia reconstruir economias. Desta forma, desenvolvimento se tornou sinônimo de desenvolvimento econômico, estando dele excluídas outras dimensões, como a ambiental, a cultural e a social. E o econômico estava restrito à produção, isto é, ao crescimento das atividades produtivas. “A maior produção é a chave para a prosperidade e a paz”, afirmava sintomaticamente o presidente norte-americano Harry Truman em seu discurso de posse em janeiro de 1949.

(SUB)DESENVOLVIMENTO

Já na década de 1970, o economista brasileiro Celso Furtado classificou a ideia de desenvolvimento como um mito capaz de mobilizar e orientar nações de terceiro mundo

a criarem condições de superação do atraso. Ao contrário do discurso anterior, o desenvolvimento não é visto aqui como um estágio de prosperidade a ser alcançado, mas como uma condição dada pela divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces da mesma moeda.

O que se percebe nesta fase é o desnudamento do aspecto político e das relações de poder entre os países, e uma tomada de consciência do mundo periférico em relação aos mecanismos do subdesenvolvimento, tornando mais complexa uma ideia que até então parecia somente econômica.

DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE

Nos anos 1990, o desenvolvimento como conceito econômico perdeu ainda mais força. Nessa época, o economista indiano Amartya Sen apresentou uma ideia segundo a qual o desenvolvimento está relacionado à expansão das liberdades individuais. De que adianta o crescimento econômico e a opulência dos países ricos se condições para a expansão das liberdades individuais são negadas a seus cidadãos?

Assim, as liberdades humanas são o fim e também o meio para se alcançar desenvolvimento. Se desenvolvimento como expressão de crescimento econômico posicionava todos os recursos territoriais – recursos humanos e naturais – a serviço do aumento do PIB, o desenvolvimento visto como expansão das liberdades inverte a equação. Não se trata mais de colocar os indivíduos na condição de recursos humanos a serviço do crescimento econômico, mas de colocar a economia a serviço de remover os entraves à expansão das liberdades individuais.

INDICADORES

Nestes quase 70 anos de evolução da ideia de desenvolvimento, várias foram as disputas em torno de seu significado e muitos foram os adjetivos a ela acoplados: desenvolvimento econômico, humano, local, regional, integrado, sustentável, etc. Isto demonstra, por um lado, a força do substantivo “desenvolvimento”, capaz de mobilizar as pessoas para pensar e agir, mas, por outro, a fragilidade de uma ideia que precisa de qualificativos para ampará-la.

Um dos ingredientes dessa disputa por significados de desenvolvimento é o seu medidor, isto é, o indicador que melhor representa a ideia. Inicialmente o medidor era o PIB, mas o reconhecimento de que o desenvolvimento assim traduzido pode ser mal distribuído na sociedade fez com que, além do PIB, fosse dada atenção a outros indicadores complementares, como o PIB per capita e o índice de Gini.

Nos anos 90, com o reconhecimento do desenvolvimento como expansão das liberdades, foi construído o

DO CRESCIMENTO ECONÔMICO À FELICIDADE, NOS ÚLTIMOS 70 ANOS FORAM VÁRIAS AS DISPUTAS EM TORNO DO SIGNIFICADO DE DESENVOLVIMENTO

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é composto por três indicadores – longevidade, educação e renda – e, diferentemente do PIB, não mede o que foi gerado de produto ao longo do ano, mas sim como este produto foi apropriado pelos indivíduos na forma de políticas públicas capazes de remover os entraves à expansão das liberdades.

Depois do IDH, outros esforços foram feitos no sentido de criar indicadores capazes de medir o desenvolvimento. Entre eles destacam-se os da Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico e Progresso Social, criada pela presidência francesa e liderada pelos economistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, e a criação da Pegada Ecológica, índice que procura medir a pressão humana exercida sobre a natureza e a capacidade regenerativa desta última.

FELICIDADE INTERNA BRUTA

Em meio a esses novos indicadores, destaca-se o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB). Da mesma forma que a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento havia se fortalecido nos anos 40 a partir do discurso de um presidente dos EUA, a de um índice de felicidade para expressar o desenvolvimento também ganhou força com o discurso de um dirigente de Estado.

A proposta foi lançada por Jigme Singye Wangchick, rei do Butão, país budista encravado no Himalaia, entre a China e a Índia. Desde 1972, Wangchick defendia enfaticamente uma medida de desenvolvimento mais de acordo com a cultura de seu país, marcada por valores espirituais budistas. “A Felicidade Interna Bruta do país é mais importante do que o seu Produto Interno Bruto”, dizia.

ÍNDICE DE FELICIDADE

Com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o reino do Butão iniciou um processo da construção de uma metodologia (índice, questionário, qualificação para uso do instrumento) capaz de medir um sentimento tão complexo e polissêmico como a

AS NOVE DIMENSÕES DA FIB

BEM-ESTAR PSICOLÓGICO	Avalia o grau de otimismo de cada indivíduo em relação à própria vida. Considera autoestima, sensação de competência, estresse, entre outras variáveis.
CULTURA	Avalia as tradições locais e participação dos indivíduos em manifestações culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou gênero.
EDUCAÇÃO	Parte da ideia de que o processo de educação se inicia ao nascer e, portanto, deve levar em conta aspectos como educação informal, envolvimento da família no processo educativo, educação ambiental etc.
GOVERNO	Avalia a percepção da população sobre as instituições governamentais em termos de responsabilidade, honestidade e transparência. Mede a participação e o envolvimento dos indivíduos nos processos políticos.
MEIO-AMBIENTE	Mede a percepção dos indivíduos em relação à qualidade da água, do ar, da biodiversidade e do solo, bem como o acesso dos próprios indivíduos às áreas verdes e ao sistema de coleta de lixo, dentre outros.
PADRÃO DE VIDA	É o aspecto mais próximo dos indicadores econômicos tradicionais, avaliando renda, endividamento das famílias, qualidade das moradias etc.
SAÚDE	Mede a eficácia das políticas de saúde e considera questões relativas à educação para a saúde e autopromoção da saúde (exercícios físicos, qualidade do sono, nutrição, dentre outros).
USO DO TEMPO	É uma dimensão fundamental, afinal é o recurso mais igualitário que se tem. Mede-se aqui quanto dele se gasta em trabalho, trânsito, lazer, dentre outros.
VITALIDADE COMUNITÁRIA	Diz respeito aos relacionamentos e interações nas comunidades e examina o sentimento de pertencimento, o grau de confiança, a prática da doação, entre outros.

felicidade. O índice FIB é composto por nove dimensões, sintetizadas no quadro da página seguinte.

Mas o índice não ficou restrito ao Butão, e sua aplicação começou a se espalhar pelo mundo. No Canadá, um grupo coordenado por Michael Pennock, diretor do *Population and Public Health Observatory*, em Vancouver, desenvolveu uma versão internacional (ou “debutanizada”) do indicador, e a tem disseminado para diversos países ocidentais, inclusive o Brasil, quase dois séculos depois de a felicidade do brasileiro ter sido evocada por Dom Pedro.

PARADOXOS

O exposto até aqui sobre os quase 70 anos de trajetória da ideia de Desenvolvimento nos permite destacar alguns pontos a título de conclusão. O primeiro deles é certamente o consenso, já há muito tempo alcançado, sobre a insuficiência do PIB, ou mesmo do PIB per capita, como indicador de desenvolvimento.

O segundo é o aumento da complexidade dos medidores: de indicadores simples como o PIB e o PIB per capita (primeira geração), passou a índices compostos, que articulam diferentes indicadores (segunda geração), como o IDH, e chegou-se, por fim, a indicadores complexos e com envolvimento de múltiplos setores sociais em sua concepção e confecção, como o índice da FIB (terceira geração).

Outro ponto é a difícil convergência dos indicadores criados a partir de 1990: a aferição do desenvolvimento dos países pode levar a resultados diferentes, conforme a métrica utilizada. Isto torna pertinente lembrar que os indicadores são instrumentos que quantificam e, ao mesmo tempo, revelam determinadas realidades, seja para mantê-las como estão ou para alterá-las. Portanto, a opção por medir o produto (PIB), a expansão das liberdades (IDH) ou a felicidade (FIB) revela a prioridade do operador do instrumento. ●

EDUARDO DE LIMA CALDAS > Professor da EACH-USP > elcaldas@hotmail.com